

Polícia Civil-ES



# Polícia Civil do Estado do Espírito Santo

CONCURSO PÚBLICO

POLÍCIA CIVIL

## Caderno de Provas Objetivas e Discursiva

Leia com atenção as instruções abaixo.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e o nome do seu cargo, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na sua folha de texto definitivo da prova discursiva. Confira também o seu nome e o nome do seu cargo em cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou ao nome do seu cargo, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3 O espaço para rascunho da prova discursiva, de uso opcional, não contará para efeito de avaliação.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto para a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

### OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão, em português. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Texto para os itens de 1 a 11

1 Bandos de homens armados perpetram anualmente  
4 450 roubos a bancos e carros-fortes no Brasil. Tais episódios  
7 põem em risco a vida de clientes, agentes de segurança e  
10 policiais, mas o prejuízo financeiro é relativamente pequeno  
13 para as instituições. Para os bancos, a maior ameaça está  
16 embutida nos serviços prestados pela Internet ou por outros  
19 meios eletrônicos. As perdas resultantes de assaltos são de  
22 50 milhões de reais anuais. Já os crimes cujas armas são os  
computadores devem, em 2010, ser responsáveis por perdas  
de 900 milhões de reais, dezoito vezes mais que nos assaltos  
convencionais.

Os crimes eletrônicos proliferam porque oferecem  
pouco risco aos bandidos, e as autoridades têm dificuldade de  
punir-los. O Código Penal não prevê os crimes virtuais. Quando  
são presos, os criminosos respondem geralmente por  
estelionato, cuja pena máxima é de cinco anos de cadeia. Se  
fossem condenados por assalto a banco, eles poderiam ser  
punidos com até quinze anos de prisão. Por causa dessas  
vantagens, há de 100 a 150 quadrilhas virtuais em atividade no  
país. Para reverter esse quadro, a Federação Brasileira de  
Bancos tenta convencer o Congresso Nacional a criar uma  
legislação específica para punir os delitos eletrônicos,  
semelhante àquela adotada há nove anos pela União Europeia.

André Vargas. *Assalto.com.br*. In: *Veja*, 24/11/2010 (com adaptações).

Com base nas ideias do texto, julgue os itens a seguir.

- 1 Afirma-se, no texto, que os crimes eletrônicos ocorrem cada vez mais amiúde, porque a falta de legislação específica favorece os bandidos.
- 2 Infere-se do texto que, embora seja uma das mais avançadas e democráticas do mundo, a legislação brasileira não tem acompanhado o avanço do crime virtual no país.
- 3 De acordo com o texto, os assaltos à mão armada são menos nocivos à população e aos bancos do que os assaltos eletrônicos.
- 4 Segundo o texto, o risco de uma pessoa ser vítima de assalto na Internet é maior do que o de ela ser assaltada em uma agência bancária.

Julgue os itens de 5 a 11, relativos à estrutura linguística do texto.

- 5 A conjunção “mas” (ℓ.4) poderia ser substituída, no texto, sem afetar o sentido ou a correção gramatical deste, por  **todavia**  ou por  **entretanto** .
- 6 O pronome “cujas” (ℓ.8) poderia ser substituído por  **onde** , sem que houvesse prejuízo semântico ou sintático para o texto.
- 7 O vocábulo “perpetram” (ℓ.1) poderia ser substituído por  **cometem** , sem que isso acarretasse prejuízo semântico ou sintático ao texto.
- 8 Na linha 3, a substituição da forma verbal “põem” por  **oferecem**  não acarretaria erro ao texto, desde que também se substituisse a expressão “risco a vida de” por  **risco à vida a** .

9 Na linha 8, a forma verbal “são” está no plural porque concorda com o nome “crimes”.

10 A retirada da vírgula logo após o vocábulo “presos” (ℓ.15) acarretaria, segundo a prescrição normativa, erro gramatical ao texto.

11 O uso do acento grave no pronome “àquela” (ℓ.23) é obrigatório.

### Texto para os itens de 12 a 22

1 No Brasil, um exame, ainda que superficial, da  
4 questão da segurança pública revela que há um crescimento  
contínuo da criminalidade e da violência, principalmente nas  
7 regiões metropolitanas e nas periferias das grandes cidades do  
país, e que o sistema judiciário e, em particular, a polícia têm-se  
mostrado ineficazes para o enfrentamento da questão.

13 Especialmente nas áreas urbanas do país, a sensação  
de medo e insegurança tem sido experimentada como grave  
problema público devido à expectativa de que qualquer pessoa  
16 pode-se tornar vítima de crime em qualquer ponto das cidades  
e em qualquer momento de sua vida cotidiana.

Nesse cenário caótico de insegurança, um dos temas  
frequentemente levantados é a necessidade de profissionalizar  
a polícia brasileira como recurso para capacitá-la para o  
desempenho mais eficiente, mais responsável e mais efetivo na  
19 condução da ordem e da segurança públicas.

Não obstante nas últimas duas décadas se terem  
verificado inovações na área da formação profissional, poucas  
22 iniciativas lograram sucesso no sentido de implementar  
mudanças efetivas nas práticas e nos procedimentos  
dominantes. A atividade policial mostra-se inscrita em um  
padrão de desempenho que se traduz não só na ineficácia dos  
25 resultados, mas que se reveste de aspectos suplementares,  
relacionados, fundamentalmente, à forma de atuação  
predominantemente violenta e arbitrária da polícia,  
permanecendo como desafio à sociedade contemporânea  
brasileira. Salvo raríssimas exceções, as propostas para  
28 reformulação da formação profissional da polícia no país não  
incorporaram o debate sobre o modelo profissional a ser  
adotado pela polícia e as metodologias práticas de intervenção  
31 para a realização das tarefas cotidianas que envolvem a  
manutenção da ordem e da segurança públicas.

Paula Poncioni. *O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do estado do Rio de Janeiro*. In: *Sociedade e Estado*, vol. 20, n.º 3. Brasília, set.-dez./2005. Internet: <www.scielo.br> (com adaptações).

Com referência às ideias contidas no texto, julgue os itens de 12 a 16.

- 12 De acordo com o texto, os sistemas judicial e policial brasileiros têm sido inoperantes no que tange ao aumento da criminalidade.
- 13 Segundo o texto, a vulnerabilidade da população com relação à exposição à violência urbana confere ao problema da criminalidade o caráter de problema público de alta gravidade.

- 14 Infere-se do texto que uma atuação renovada e eficaz da polícia deve envolver atitudes menos violentas.
- 15 Conforme a autora, a necessidade de profissionalização da polícia brasileira advém do aumento do número de crimes nas grandes cidades e nas periferias do país.
- 16 O texto afirma que poucas iniciativas de mudança no setor policial foram bem-sucedidas, conquanto tenha havido alterações na formação profissional policial nos decêndios mais recentes.

Com relação à estrutura linguística do texto, julgue os itens seguintes.

- 17 A colocação de vírgula logo após o vocábulo “pessoa” (ℓ.9) prejudicaria a correção gramatical e o sentido do texto.
- 18 A substituição do adjetivo “efetivas” (ℓ.20) pela expressão **capazes de produzir um efeito real** não afetaria o texto semântica nem sintaticamente.
- 19 As formas verbais “incorporaram” (ℓ.29) e “envolvem” (ℓ.31) apresentam, respectivamente, complementação direta e complementação indireta.
- 20 A substituição da expressão “um crescimento contínuo” (ℓ.2-3) por **elevações constantes** não exigiria a mudança de número do verbo **haver** — “há” (ℓ.2) —, mas alteraria o sentido original do texto.
- 21 Na linha 8, para concordar com os referentes “medo” e “insegurança”, a forma verbal “tem” poderia ser flexionada no plural: têm.
- 22 Os vocábulos “público” (ℓ.9) e “caótico” (ℓ.12), que foram empregados no texto como adjetivos, obedecem à mesma regra de acentuação gráfica.

A redação oficial deve caracterizar-se por impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade. Fundamentalmente esses atributos decorrem da Constituição (...). Sendo a publicidade e a impessoalidade princípios fundamentais de toda administração pública, claro está que devem igualmente nortear a elaboração dos atos e comunicações oficiais.

Manual de Redação da Presidência da República.  
2.ª ed. 2002, p. 4. Internet: <www.planalto.gov.br> (com adaptações).

Tendo o fragmento de texto acima como referência inicial, julgue os itens seguintes, acerca das normas que regem a redação de correspondências oficiais.

- 23 O uso do padrão culto da linguagem em um texto oficial reduz o tempo despendido com sua revisão, que passa a ser dispensável.
- 24 O aviso, o ofício e o memorando apresentam a mesma função; o que os distingue é fundamentalmente a diagramação adotada em sua forma.
- 25 É fundamental observar o emprego correto dos pronomes de tratamento em um expediente oficial, o que, somado a outros cuidados, imprime formalidade no tratamento de assuntos públicos.

Acerca de conceitos básicos de informática e sistemas operacionais, julgue os itens a seguir.

- 26 O *modem* é exemplo de um dispositivo híbrido, pois pode permitir simultaneamente a entrada e a saída de informações na unidade central de processamento.
- 27 Quanto maior a quantidade de instruções contidas em um processador CISC, mais complexo e mais rápido ele se torna.
- 28 No ambiente Windows, a opção de Mapear unidade de rede permite se associar um atalho para uma unidade local, de modo que esta possa estar disponível para outro usuário ou outra rede.
- 29 O sistema de diretório do Linux apresenta os diretórios de maneira hierarquizada, por isso, também é conhecido como árvore de diretórios.
- 30 CDs, DVDs e HDs são as memórias principais de um computador, utilizadas para manter as informações por um longo período de tempo.

Julgue os itens seguintes, a respeito dos ambientes BOffice e Microsoft Office.

- 31 No Microsoft PowerPoint, a opção de agrupar objetos permite que sejam unidas em uma única autoforma diversos itens de um eslaide, de modo que se atribua a todos eles um único comando, como, por exemplo, alterar o tamanho dos objetos por proporção.
- 32 O programa Adobe Acrobat Reader, um dos componentes da suite Microsoft Office, permite abrir, editar e salvar arquivos no formato pdf, cuja característica principal é gerar arquivos em formato de imagem e de tamanho pequeno.
- 33 O BOffice é um ambiente de *software* livre que pode ser utilizado em diversos sistemas operacionais diferentes, como o Linux, o Solaris e o Windows.
- 34 O aplicativo Writer é um editor de textos que possui como limitação principal o fato de adotar formatos do tipo odt e sxw, não permitindo que sejam abertos arquivos nos formatos .doc ou .dot.
- 35 No Impress, a forma de edição de eslaides pode ser definida pelo usuário, que dispõe, entre outras, dos modos de exibição em Estrutura de tópicos, Notas, Folhetos e Classificador de slides.

Com relação a conceitos de Internet, julgue os itens subsequentes.

- 36 Na Internet, os sufixos de endereços eletrônicos compostos pelos termos .net, .org e .mil referem-se, respectivamente, a endereços de redes internacionais de dados, organismos governamentais e órgãos militares.
- 37 O protocolo http permite o envio e o recebimento de mensagens de correio eletrônico por meio do serviço de *webmail*, ou seja, de correio eletrônico via www.
- 38 A confidencialidade, um dos princípios básicos da segurança da informação em ambiente eletrônico, está relacionada à necessidade de não alteração do conteúdo de uma mensagem ou arquivo; o qual deve ser garantido por meio de uma política de cópia de segurança e redundância de dados.
- 39 FTP (*file transfer protocol*), um protocolo de transferência de arquivos utilizado quando os usuários se conectam a determinado sítio da Internet, oferece a opção de se baixar o arquivo (*download*) ou de se enviar um arquivo (*upload*).
- 40 O conceito de grupos de discussão da Internet provém do termo listas de discussão, das quais fazem parte usuários cadastrados que recebem simultaneamente as mensagens enviadas para o grupo.

RASCUNHO

A questão da desigualdade de gênero na relação de poder entre homens e mulheres é forte componente no crime do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, pois as vítimas são, na sua maioria, mulheres, meninas e adolescentes. Uma pesquisa realizada pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), concluída em 2009, indicou que 66% das vítimas eram mulheres, 13% eram meninas, enquanto apenas 12% eram homens e 9% meninos.

Ministério da Justiça. **Enfrentamento ao tráfico de pessoas: relatório do plano nacional**. Janeiro de 2010, p. 23 (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens a seguir.

- 41 O argumento “A maioria das vítimas era mulher. Marta foi vítima do tráfico de pessoas. Logo Marta é mulher” é um argumento válido.
- 42 Se for escolhida ao acaso uma das vítimas indicadas na pesquisa, a probabilidade de que ela seja ou do sexo feminino ou um menino será inferior a 80%.
- 43 Se as vítimas indicadas na pesquisa totalizaram 250 pessoas, então o número de maneiras distintas de se escolher um grupo de 3 homens entre as vítimas será superior a 4.000.

### **Tecnologia no combate ao crime**

Desde dezembro de 2009, uma aeronave não tripulada sobrevoa e monitora as fronteiras do Brasil com o Paraguai, o Uruguai e a Argentina na região de Foz do Iguaçu. Ao todo, serão 6 estações equipadas com 2 aeronaves cada, operadas pela Polícia Federal, somando investimento da ordem de US\$ 655,6 milhões.

Segurança pública com cidadania. Equipe CGPLAN/MJ, agosto/2010 (com adaptações).

Considere que tenham sido sugeridos os seguintes critérios para a escolha das rotas de vôo da aeronave mencionada no texto acima.

- ▶ Se a rota passar pelo Brasil ou pelo Paraguai, então ela deverá passar pelo Uruguai;
- ▶ Se a rota passar pelo Paraguai, então ela não deverá passar pela Argentina;
- ▶ Se a rota passar pelo Uruguai e pela Argentina, então ela deverá passar pelo Paraguai.

Suponha, também, que as estações A, B e C tenham sido construídas em pontos equidistantes, de modo que a distância de uma dessas três estações para outra seja de 150 km.

Com referência às informações contidas no texto acima e às considerações hipotéticas que a ele se seguem, e considerando 1,73 como valor aproximado para  $\sqrt{3}$ , julgue os itens seguintes.

- 44 Supondo que uma nova estação, D, seja instalada em um ponto equidistante das estações A, B e C, então a distância da estação D para as estações A, B e C será inferior a 87 km.
- 45 Considerando que devam ser escolhidas 3 aeronaves para inspeção e manutenção, sendo que não podem ser selecionadas as 2 aeronaves de uma mesma estação, e que todas as seis estações já possuam as duas aeronaves previstas, então o número de formas distintas de se fazer essa escolha será superior a 150.
- 46 Se a rota escolhida passar pela Argentina, então ela passará apenas neste país.
- 47 Considerando que o dólar esteja cotado a R\$ 1,70, então o investimento mencionado será superior a R\$ 1,1 bilhão.

Julgue os próximos itens, relativos à lógica sentencial, em que os símbolos  $\wedge$ ,  $\vee$ ,  $\sim$  e  $\rightarrow$  representam, respectivamente, as operações lógicas “e”, “ou”, “não” e “implicação”.

- 48 A negação da proposição  $(P \vee \sim Q) \wedge R$  é  $(\sim P \vee Q) \wedge (\sim R)$ .
- 49 Se a proposição R for falsa e se a proposição composta  $(P \wedge Q) \rightarrow (\sim Q \vee R)$  for verdadeira, então a proposição P será verdadeira.

Acerca de operações com conjuntos, julgue o item subsequente.

- 50 Considere que os conjuntos A, B e C tenham o mesmo número de elementos, que A e B sejam disjuntos, que a união dos três possuía 150 elementos e que a interseção entre B e C possuía o dobro de elementos da interseção entre A e C. Nesse caso, se a interseção entre B e C possui 20 elementos, então B tem menos de 60 elementos.

RASCUNHO



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

No que se refere a conceitos e poderes da administração pública e à aplicação da teoria do órgão, julgue os seguintes itens.

- 51 A atividade do Estado que condiciona a liberdade e a propriedade do indivíduo aos interesses coletivos tem por fundamento o denominado poder hierárquico.
- 52 Em sentido material ou objetivo, a administração pública compreende o conjunto de órgãos e pessoas jurídicas encarregadas, por determinação legal, do exercício da função administrativa do Estado.
- 53 De acordo com a doutrina, quando determinada pessoa, de boa-fé, desempenha função pública em situações de emergência, deve ser aplicada a teoria do órgão, pois sua atuação será imputável ao Estado, a exemplo do que ocorre com o denominado agente de fato.
- 54 A administração pública pode instituir empresas públicas e sociedades de economia mista mediante autorização legal, as quais estarão inteiramente sujeitas ao regime jurídico de direito privado, por força de lei.

Com referência a licitações e contratos, julgue os itens subsecutivos.

- 55 De acordo com a legislação de regência, é possível a rescisão unilateral do contrato pela administração pública por motivo de interesse público, hipótese em que o contratado tem direito ao ressarcimento dos prejuízos, à devolução da garantia, aos pagamentos atrasados e ao pagamento do custo da desmobilização.
- 56 O procedimento do convite é simplificado e pode ser realizado por servidor designado pela autoridade competente, dispensando-se a comissão de licitação.

Julgue o item que se segue, relativo ao controle da administração pública.

- 57 O controle que o Poder Legislativo exerce sobre a administração pública limita-se às hipóteses previstas na Constituição Federal de 1988 (CF) e abrange aspectos de legalidade e de mérito do ato administrativo.

Julgue o item seguinte, relativo aos direitos e garantias fundamentais.

- 58 Com fundamento no dispositivo constitucional que assegura a liberdade de manifestação de pensamento e veda o anonimato, o Supremo Tribunal Federal (STF) entende que os escritos anônimos não podem justificar, por si só, desde que isoladamente considerados, a imediata instauração de procedimento investigatório.

No que diz respeito à organização do Estado, julgue o item abaixo.

- 59 O processo de formação dos estados-membros exige a participação da população interessada por meio de plebiscito, medida que configura condição prévia, essencial e prejudicial à fase seguinte. Assim, desfavorável o resultado da consulta prévia feita ao povo, não se passará à fase seguinte do processo.

Julgue o item subsecutivo, referente à administração pública e aos servidores públicos.

- 60 A CF assegura ao servidor público a revisão geral anual de sua remuneração ou subsídio mediante lei específica de iniciativa do chefe do Poder Executivo e estabelece o direito à indenização na hipótese de não cumprimento da referida determinação constitucional.

Com relação ao processo legislativo e ao controle de constitucionalidade, julgue os itens seguintes.

- 61 A iniciativa para elaboração de leis complementares e ordinárias constitui exemplo da denominada iniciativa concorrente.
- 62 Considere que o tribunal de justiça do estado tenha julgado procedente ação direta de inconstitucionalidade que teve por objeto lei municipal, sob o fundamento de afronta a dispositivo inserto na Constituição Estadual, o qual se limitou a reproduzir preceito da CF de observância obrigatória pelos estados. Nessa hipótese, segundo entendimento do STF, não é viável a utilização de qualquer espécie recursal contra a referida decisão para fins de submissão do tema à jurisdição da corte suprema, por tratar-se de decisão proferida no âmbito do controle abstrato de normas e por ter tido como objeto lei municipal.

Julgue o item subsequente, relativo à segurança pública.

- 63 Segundo o STF, não há subordinação dos organismos policiais civis, que integram a estrutura do Estado, ao chefe do Poder Executivo, razão pela qual considera constitucional lei estadual que estabeleça autonomia administrativa, funcional e financeira à polícia civil.

Considerando os princípios constitucionais penais e o disposto no direito penal brasileiro, julgue os itens subsecutivos.

- 64 Quanto ao concurso de pessoas, o direito penal brasileiro acolhe a teoria monista, segundo a qual todos os indivíduos que colaboraram para a prática delitiva devem, como regra geral, responder pelo mesmo crime. Tal situação pode ser, todavia, afastada, por aplicação do princípio da intranscendência das penas, para a hipótese legal em que um dos colaboradores tenha desejado participar de delito menos grave, caso em que deverá ser aplicada a pena deste.
- 65 Segundo a jurisprudência do STF, é possível a aplicação do princípio da insignificância para crimes de descaminho, devendo-se considerar, como parâmetro, o valor consolidado igual ou inferior a R\$ 7.500,00.
- 66 Por incidência do princípio da continuidade normativo-típica, é correto afirmar que, no âmbito dos delitos contra a dignidade sexual, as condutas anteriormente definidas como crime de ato libidinoso continuam a ser punidas pelo direito penal brasileiro, com a ressalva de que, segundo a atual legislação, a denominação adequada para tal conduta é a de crime de estupro.
- 67 A citação válida, por constituir garantia decorrente do devido processo legal, é causa interruptiva da prescrição penal.

Acerca das disposições constitucionais e legais aplicáveis ao processo penal, julgue os itens a seguir.

- 68 O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; e, se evitável, poderá diminuí-la, de um sexto a um terço. Tal modalidade de erro, segundo a doutrina penal brasileira, pode ser classificada adequadamente como erro de tipo e pode, em circunstâncias excepcionais, excluir a culpabilidade pela prática da conduta.
- 69 Em crimes de moeda falsa, a jurisprudência predominante do STF é no sentido de reconhecer como bem penal tutelado não somente o valor correspondente à expressão monetária contida nas cédulas ou moedas falsas, mas a fé pública, a qual pode ser definida como bem intangível, que corresponde, exatamente, à confiança que a população deposita em sua moeda.
- 70 Em razão da relevância do bem jurídico penal tutelado, a Lei de Licitações estabelece tipos penais específicos, aos quais comina, via de regra, a pena de reclusão.

Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética a respeito da aplicação do direito penal, seguida de uma assertiva a ser julgada. Nesse sentido, considere que a sigla STJ se refere ao Superior Tribunal de Justiça.

- 71 Plínio, imediatamente após a comemoração de seu aniversário de dezessete anos de idade, ingeriu considerável quantidade de bebida alcoólica e, sem autorização, ou sequer ciência de seus pais, conduziu, em velocidade correspondente a mais de três vezes a velocidade da via, veículo automotor. Após perder o controle do veículo, Plínio colidiu frontalmente com um poste de iluminação pública, e esse incidente resultou na morte de sua namorada, Cida, de dezenove anos de idade, que estava sentada no banco de passageiros. Nessa situação, segundo a atual jurisprudência do STJ, caso Plínio fosse maior de dezoito anos, Plínio seria imputável e até mesmo punível, em tese, a título de homicídio por dolo eventual.
- 72 Lúcio, cidadão não reincidente em crime doloso, foi condenado a nove meses de prisão pela prática do crime de ameaça, em razão de conduta ocorrida em 1.º de janeiro de 2010, durante as festividades de ano-novo, na cidade do Rio de Janeiro. Nessa situação, considerando as normas penais aplicáveis, a prescrição da pretensão executória será de dois anos e não poderá, sob hipótese alguma, ter por termo inicial data anterior à da denúncia.
- 73 Em 2009, Lauro, mediante grave ameaça e com o intuito de obter para si indevida vantagem econômica, constrangeu César ao pagamento de importância correspondente a R\$ 5.000,00. César, diante dessa situação de constrangimento, houve por bem denunciar a conduta de Lauro antes mesmo de efetuar o pagamento da quantia exigida. Em sede de recurso especial, a defesa de Lauro argumentou que, segundo o entendimento sumulado do STJ, a legislação penal aplicável subordina a consumação do delito em questão à efetiva consecução do proveito econômico. Nessa situação, a tese da defesa de Lauro está em consonância com a jurisprudência da mencionada Corte Superior.

Acerca da legislação processual penal brasileira, julgue os itens a seguir. Nesse sentido, considere que a sigla MP, sempre que utilizada, se refere ao Ministério Público.

- 74 O princípio da indisponibilidade impede o MP de opinar pela absolvição, em sede de alegações finais. Em tal hipótese, o juízo competente pode, ainda assim, condenar o acusado.
- 75 Em caso de crime continuado e, também, de infração permanente, praticado em território de duas ou mais jurisdições, a competência processual penal será definida pela prevenção.
- 76 Se o MP competente não interpuser recurso de apelação no prazo legal, o assistente da acusação poderá interpor apelação, que, como regra geral, não tem efeito suspensivo. Caso persista a irresignação do assistente após acórdão denegatório da apelação, a jurisprudência do STF veda a interposição de recursos, pela assistência da acusação, perante as instâncias extraordinárias.



Considerando as disposições constitucionais e legais aplicáveis ao processo penal e, quando for o caso, a doutrina e a jurisprudência correlatas, julgue os itens que se seguem.

- 77 De acordo com a doutrina e a jurisprudência pátrias, são inadmissíveis, em qualquer hipótese, provas ilícitas ou ilegítimas no processo penal brasileiro.
- 78 Embora, como regra geral, não se admita dilação probatória em sede de *habeas corpus*, é possível a concessão da ordem para o reconhecimento de excesso de prazo no processo penal, em especial para aquelas hipóteses excepcionais nas quais a mora processual não seja atribuível à defesa, bem como se trate de causa dotada de menor complexidade probatória.
- 79 Os crimes de racismo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os crimes definidos como hediondos, assim como a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o estado democrático podem ser compreendidos na categoria de delitos inafiançáveis por disposição constitucional expressa.

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética a respeito da aplicação do direito processual penal, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 80 Marcelo recebeu sentença condenatória baseada, unicamente, em elementos coligidos na fase do inquérito. Nessa situação, a jurisprudência do STF reconhece a insubsistência do pronunciamento condenatório sob o fundamento de violação ao princípio do contraditório.
- 81 Sinval foi indiciado pelo crime de dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei em relação a órgão da administração federal. Durante a fase do inquérito, a defesa de Sinval pleiteou o direito de acesso amplo aos elementos de prova documentados em procedimento investigatório realizado por órgão dotado de competência de polícia judiciária. Tal pedido não foi integralmente atendido pelo órgão competente, sob o argumento de que deveria ser ressalvado o acesso da defesa às diligências policiais que, ao momento do requerimento, ainda estavam em tramitação ou ainda não tinham sido encerradas. Nessa situação, com base na jurisprudência prevalecente no STF, é adequada a aplicação conferida pelo órgão dotado de competência de polícia judiciária.
- 82 Rose recebeu sentença penal condenatória transitada em julgado pela prática do crime de roubo qualificado pelo uso de arma de fogo. Nessa situação, considerando que Lina tenha sido a única vítima do delito, a correspondente ação civil *ex delicto* somente poderá ser promovida pela ofendida.
- 83 Áureo, acadêmico de direito, interpôs recurso ordinário em *habeas corpus* com o objetivo de pleitear, perante o STJ, o trancamento de ação penal promovida contra Ângelo. Nessa situação, independentemente da qualidade técnica da peça recursal em questão, deve-se reconhecer a ausência de capacidade postulatória de Áureo, mas tal circunstância não impossibilitará que o órgão julgador defira a ordem de ofício, diante da magnitude dos direitos envolvidos.

A respeito da posse e da servidão, julgue os itens a seguir.

- 84 Se determinada família possuir servidão de passagem no terreno de João, ainda que a passagem incomode o sossego de João, este não poderá fixar horário de passagem unilateralmente.
- 85 Família que resida há mais de cinco anos em terra pública, de forma irregular, terá a posse precária dessa terra, mas poderá utilizar os interditos possessórios.

Em cada um dos itens que se seguem, relativos às pessoas e suas responsabilidades por danos causados a outrem, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 86 O carro de Rafael, que estava trancado e estacionado em frente a sua casa, foi furtado por Pedro. Nessa situação, se Pedro causar lesão a alguém na condução do veículo, Rafael também poderá ser responsabilizado por ter a guarda jurídica do bem.
- 87 Jorge, um menor com dezesseis anos de idade, emancipado por ato unilateral dos pais, causou dano injusto a Lúcia. Nessa situação, os pais de Jorge não estarão isentos de indenizar a vítima.

Acerca de arresto, julgue o item abaixo.

- 88 A transação não constitui meio adequado para a extinção do arresto.

Julgue os itens subsequentes, acerca da revelia e das provas no processo civil.

- 89 Se o indivíduo X ajuizar ação de indenização contra o indivíduo Y, utilizando como prova conversa telefônica gravada entre ambos, e Y não tiver conhecimento dessa gravação, esta não se prestará como meio de prova legítimo.
- 90 Sendo decretada a revelia, o autor não poderá alterar o pedido, salvo se promover nova citação do réu. No entanto, a revelia não obstará a alteração na causa de pedir.

Com referência à citação e aos seus reflexos no processo civil, julgue o próximo item.

- 91 Considere a seguinte situação hipotética.  
Como não foi encontrado por três vezes para citação pelo oficial de justiça em ação ajuizada pelo condomínio, determinado condômino foi citado por hora certa, tendo o oficial intimado o porteiro do prédio.  
Nessa situação, conforme entendimento do STJ, a citação não será válida.

Acerca das regras atinentes à atuação do juiz e do MP no processo civil, julgue os itens seguintes.

- 92 Se o indivíduo A ajuizar ação contra o indivíduo B e essa ação for distribuída a juiz que seja tio de um dos dois indivíduos, deverá o magistrado declarar-se impedido.
- 93 A manifestação do MP quando já interposta a apelação poderá, a depender do caso concreto, sanar o vício de nulidade pela sua não intimação em processo no qual deveria obrigatoriamente ter intervindo.

Determinado cidadão, penalmente responsável, valendo-se de um adolescente de treze anos de idade, sexualmente corrompido, produziu imagens eróticas em cenário previamente montado, divulgando-as por meio de sistema de informática em sítio da Internet. O mantenedor do sítio, tão logo divulgadas as imagens, foi notificado pelo juiz da infância e da juventude do conteúdo ilícito do material e, de imediato, desabilitou o acesso às imagens.

Com referência à situação hipotética acima, julgue os itens a seguir à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente.

- 94** Na situação considerada, é viável a prisão em flagrante do mantenedor do sítio, porquanto a sua conduta é classificada como crime permanente, uma vez ultrapassada a fase de notificação e não desativado o acesso.
- 95** Para a configuração da conduta do criador das imagens em relação ao tipo penal descrito como produzir imagem pornográfica envolvendo adolescente, exige-se a prática de relação sexual entre o agente e o menor, não se demandando qualquer correção moral do adolescente.
- 96** À conduta do produtor das imagens não caberão, de regra, os benefícios penais da transação penal, da suspensão condicional do processo e da suspensão condicional da pena, em face de a pena cominada à conduta ser superior a quatro anos.
- 97** A natureza jurídica da notificação do mantenedor do sítio constitui condição de procedibilidade e a ação penal somente poderá ser intentada quando a notificação tiver sido efetivamente realizada e o serviço de acesso não tiver sido desabilitado.

Em decorrência das recentes alterações legislativas referentes a política criminal no cenário dos crimes sexuais, julgue os itens de **98 a 103**.

- 98** Considere a seguinte situação hipotética.  
Márcio, penalmente responsável, durante a prática de ato sexual mediante violência e grave ameaça, atingiu a vítima de modo fatal, provocando-lhe a morte.  
Nessa situação hipotética, Márcio responderá por estupro qualificado pelo resultado morte, afastando-se o concurso dos crimes de estupro e homicídio.
- 99** Considere a seguinte situação hipotética.  
Determinado cidadão, penalmente responsável, estabeleceu em determinada cidade, e com evidente intuito lucrativo, uma casa destinada a encontros libidinosos e outras formas de exploração sexual, facilitando, com isso, a prostituição. Na data de inauguração da casa, a polícia, em ação conjunta com fiscais do município, interditaram o estabelecimento, impedindo, de pronto, o seu funcionamento.  
Nessa situação hipotética, a conduta do cidadão caracteriza a figura tentada do crime anteriormente definido como casa de prostituição, nos moldes do atual art. 229 do Código Penal.

- 100** A redação da nova lei que tipifica os crimes contra a dignidade sexual superou as controvérsias em relação à consideração do estupro como crime hediondo, deixando claro o seu caráter de hediondez tanto na forma simples quanto nas formas qualificadas pelo resultado.
- 101** O agente que, mediante violência, constranger mulher adulta à prática de conjunção carnal e ato libidinoso consistente em sexo oral responderá por dois delitos, em continuidade delitiva.
- 102** Considere a seguinte situação hipotética.  
João, penalmente responsável, mediante ameaça de arma de fogo, constrangeu José, de dezoito anos de idade, a se despir em sua frente, de modo a satisfazer a sua lascívia. Uma vez satisfeito, João liberou José e evadiu-se do local.  
Nessa situação hipotética, a conduta de João caracteriza o tipo penal do estupro em sua forma consumada.
- 103** Considere a seguinte situação hipotética.  
Bruno, penalmente responsável, induziu uma menina de treze anos de idade à prática de prostituição, obtendo, com isso, vantagem econômica em face de clientes eventualmente angariados para a menor.  
Nessa situação hipotética, a conduta de Bruno caracteriza o crime de favorecimento da prostituição e exploração sexual de vulnerável.

Julgue os itens seguintes, referentes aos dispositivos aplicáveis ao tráfico ilícito e ao uso indevido de substâncias entorpecentes.

- 104** Considere a seguinte situação hipotética.  
Cláudio, penalmente responsável, foi flagrado fazendo uso de um cigarro artesanal de maconha, sendo que em seu poder ainda foi encontrada quantidade significativa da mesma droga, acondicionada em pequenas trouxinhas, com preços distintos afixados em cada uma delas, bem como constatou-se que Cláudio, mesmo desempregado, trazia consigo anotações e valores que o ligavam, indubitavelmente, ao tráfico de drogas.  
Nessa situação hipotética, Cláudio responderá pelo crime de tráfico de entorpecentes e, mesmo que remanescente o crime de uso indevido de drogas, estarão excluídos os benefícios da lei atinente aos juizados especiais).
- 105** Considere a seguinte situação hipotética.  
O comerciante Ronaldo mantém em estoque e frequentemente vende para menores em situação de risco (meninos de rua) produto industrial conhecido como cola de sapateiro. Flagrado pela polícia ao vender uma lata do produto para um adolescente, o comerciante foi apresentado à autoridade policial competente.  
Nessa situação hipotética, caberá ao delegado de polícia a autuação em flagrante de Ronaldo, por conduta definida como tráfico de substância entorpecente.
- 106** A conduta de porte de drogas para consumo pessoal possui a natureza de infração *sui generis*, porquanto o fato deixou de ser rotulado como crime tanto do ponto de vista formal quanto material.

Em relação à legislação que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, julgue os itens subsequentes.

- 107** É admissível a denominação de crime de trânsito para a conduta de dano cometida com dolo, a exemplo daquele que, intencionalmente, utiliza o seu veículo para a prática de um crime.
- 108** Os crimes de entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada e de falta de habilitação se aperfeiçoam com a simples conduta, sem que se exija prova da efetiva probabilidade de dano.
- 109** Considere a seguinte situação hipotética.  
Cláudia, penalmente responsável, ao dirigir veículo automotor sem habilitação, em via pública, atropelou e matou um pedestre. Nessa situação hipotética, Cláudia responderá por homicídio culposo em concurso material com o delito de falta de habilitação.
- 110** Considere a seguinte situação hipotética.  
Lúcio, penalmente responsável, ao dirigir veículo automotor sob a influência de álcool, deu ensejo ao capotamento do veículo e à morte de um dos passageiros. Logo após o acidente, Lúcio foi conduzido à delegacia de polícia, onde se recusou a submeter-se ao teste do bafômetro.  
Nessa situação hipotética, Lúcio será punido pela figura do homicídio culposo em sua forma simples, sem a figura cumulativa da embriaguez ao volante.
- 111** No caso de réu reincidente em crime de trânsito, é obrigatório que o magistrado, ao julgar a nova infração, fixe a pena prevista no tipo, associada à suspensão da permissão ou habilitação de dirigir veículo automotor.

Com relação às legislações pertinentes aos crimes de abuso de autoridade, lavagem de capitais e tortura, bem como à lei que disciplina os procedimentos relativos às infrações de menor potencial ofensivo, julgue os itens de **112** a **115**.

- 112** Considere a seguinte situação hipotética.  
As enfermeiras Alda e Alice foram apontadas como autoras de uma omissão de socorro na forma prevista na parte especial do Código Penal. Ao receber o termo circunstanciado, o promotor de justiça ofereceu propostas de transação penal para cada uma das profissionais. Apenas Alda aceitou a proposta e cumpriu as obrigações impostas. Alice alegou que era inocente e não aceitou a transação penal. Oferecida a denúncia e proposta a suspensão condicional do processo, sob o mesmo argumento, Alice não aceitou o benefício. Concluída a instrução criminal em relação a esta, colheram-se provas suficientes da culpabilidade das duas enfermeiras em relação ao crime de omissão de socorro.  
Nessa situação hipotética, somente caberá a condenação a Alice, sendo que em relação Alda, que concordou com a transação penal, não se imporá qualquer sanção.

- 113** Considere a seguinte situação hipotética.  
Rui, que é policial militar, mediante violência e grave ameaça, infligiu intenso sofrimento físico e mental a um civil, utilizando para isso as instalações do quartel de sua corporação. A intenção do policial era obter a confissão da vítima em relação a um suposto caso extraconjugal havido com sua esposa.  
Nessa situação hipotética, a conduta de Rui, independentemente de sua condição de militar e de o fato ter ocorrido em área militar, caracteriza o crime de tortura na forma tipificada em lei específica.
- 114** Considere que um agente policial, acompanhado de um amigo estranho aos quadros da administração pública, mas com pleno conhecimento da condição funcional do primeiro, efetuou a prisão ilegal de um cidadão. Nesse caso, ambos responderão pelo crime de abuso de autoridade, independentemente da condição de particular do coautor.
- 115** Considere a seguinte situação hipotética.  
Lucas, penalmente responsável, comanda uma intensa e lucrativa rede de receptação e venda de veículos roubados. Visando ocultar valores provenientes da atividade ilícita, ele forjou pagamentos a um suposto prestador de serviços de advocacia e, após, os mesmos montantes foram simuladamente emprestados a empresas de sua titularidade.  
Nessa situação hipotética, Lucas responderá pelo crime de lavagem de dinheiro.

Julgue os itens a seguir, acerca de documentos médico-legais, perícia e peritos, e da interpretação de laudos periciais médico-legais.

- 116** Compete ao perito médico-legista, por meio do laudo pericial, estabelecer a autoria e a materialidade de fato delituoso cujo corpo de delito seja corpo de pessoa.
- 117** Em caso de incêndio em edificações, o agente causador que sempre explica a morte de pessoas é o físico, o calor, provocando, nos cadáveres, sempre, queimaduras graves — de segundo e terceiro grau.
- 118** A expressão instrumento perfurocontundente geralmente refere-se a projétil de arma de fogo.

Considerando que um senhor com 65 anos de idade tenha-se submetido a um exame ambulatorial no instituto médico legal após ter sofrido, trinta dias antes, um acidente automobilístico de que resultou fratura de membro inferior, julgue os itens que se seguem.

- 119** Após o exame desse idoso, o delegado deve determinar ao legista que apresente relatório conclusivo, caso o laudo esteja inconcluso.
- 120** Estando o paciente incapacitado para exercício de suas atividades habituais por tempo superior a trinta dias, sempre é possível descartar que a natureza da lesão seja leve.

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Uma mulher de dezoito anos de idade foi vítima de estupro em que, mediante ameaça exercida com uma arma de fogo por um homem desconhecido, foi submetida à prática de conjunção carnal e atos libidinosos diversos. O autor, após a satisfação de sua lascívia, liberou a vítima em um matagal e esta foi socorrida por transeuntes e apresentada à delegacia de polícia, onde foram adotadas as providências preliminares pertinentes (exames periciais, oitiva formal etc.), e, após isto, a vítima foi encaminhada à rede de saúde para o atendimento emergencial pertinente aos crimes sexuais. Ainda na delegacia de polícia, por ocasião de sua oitiva, a vítima descreveu com detalhes o autor do fato e salientou que este possuía uma cicatriz de queimadura em grande parte do rosto, sendo, portanto, de fácil reconhecimento. Assim que recebeu a notícia, a autoridade policial determinou diligências visando a localização do autor, logrando encontrá-lo ainda nas proximidades do local onde se deram os fatos, trazendo consigo peças íntimas da vítima. Conduzido à delegacia de polícia, o autor, penalmente responsável, sem qualquer constrangimento, confessou a prática delituosa, assumindo, ainda, a autoria de inúmeros estupros anteriormente havidos naquela região. A vítima, após o atendimento médico, não retornou à delegacia e não mais foi encontrada, não tendo representado formalmente contra o autor. O delegado de polícia entendeu pela prisão em flagrante do criminoso, procedendo à lavratura do respectivo auto com o conseqüente recolhimento do autor à prisão.

Com referência à situação hipotética acima descrita, redija um texto dissertativo que aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ Possibilidade jurídica de o delegado de polícia instaurar inquérito policial, iniciado com a autuação em flagrante do autor do delito.
- ▶ Conseqüências advindas da autuação em flagrante.
- ▶ Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual e sua repercussão no inquérito policial.

**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

